

M E M Ó R I A

53ª Reunião Ordinária do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

Data: quarta-feira, 03 de dezembro de 2014.

Horário: 9h às 12h30

Local: Ministério da Educação, Bloco L, sala 926.

Coordenação: SPM-PR Secretária-Executiva Lourdes Maria Bandeira

Participantes:

- | | |
|--|------------------------------------|
| 1. Banco do Brasil (BB) | Flávia Bustamante |
| 2. Conselho Nac. Direitos da Mulher (CNDM) | Justina Cima |
| 3. Instituto de Pesq Econ Aplicada (IPEA) | Elizabeth Marins |
| 4. Min. da Agricultura, Pec. E Abast. (MAPA) | Vera Lúcia de Oliveira |
| 5. Min. da Agricultura, Pec. E Abast. (MAPA) | Ana Cândida Medeiros |
| 6. Min. da Defesa (MD) | Rodrigo Martins Prates |
| 7. Min da Cultura (MinC) | Marília Gabriela Villareal Goulart |
| 8. Min. da Educação (MEC) | Daiane Lopes |
| 9. Min. da Educação (MEC) | Cléber Gesteira |
| 10. Min. da Educação (MEC) | Fábio Meirelles |
| 11. Min. da Educação (MEC) | Macaé Evaristo |
| 12. Min. da Educação (MEC) | Marcia Kay |
| 13. Ministério da Justiça (MJ) | Cristina Gross Villanova |
| 14. Min. da Saúde (MS) | Lidiane Gonçalves |
| 15. Min. da Saúde (MS) | Raquel Castanheira |
| 16. Ministério das Comunicações (MC) | Luana Soares |
| 17. Min. das Relações Exteriores (MRE) | Laura Berdine Santos Delamonica |
| 18. Min. do Des. Social e Come à Fome (MDS) | Simone Moneta |
| 19. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP) | Marta Pordeus |
| 20. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) | Adriana Rosa |
| 21. PR/SPM | Lourdes Maria Bandeira |
| 22. PR/SPM | Camila Firmino |
| 23. PR/SPM | Daniela Ramos |
| 24. PR/SPM | Isabela da Costa Dias |
| 25. PR/Secom | Cátia Macedo |

A Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, **Lourdes Maria Bandeira**, abriu a reunião dando as boas vindas a todas e todos, agradecendo aos representantes do Ministério da Educação - MEC no Comitê **Fábio Meirelles e Daiane Lopes**, e ao Diretor da Educação em Direitos Humanos e Cidadania Planejamento e Investimentos **Cleber Gesteira e Matos**, pela disponibilização do local no MEC para realização da reunião do Comitê PNPM. Houve uma rodada de apresentações de todas/os as/os

presentes. **Lourdes Maria Bandeira - SPM** enfatizou a importância da reunião neste local dada a imprescindibilidade das políticas de educação para as políticas para as mulheres e lamenta não haver ainda um Mecanismo de Gênero já instalado e funcionando no Ministério da Educação. Sabe-se do empenho de servidoras como a Daiane, mas tal engajamento não é absorvido internamente no Ministério para a valorização da pauta. Lamentou também a ausência do Secretário Executivo, que foi chamado pelo Ministro.

Foi apresentado, em primeira mão, o livro “Capacitação dos Mecanismos de Gênero no Governo Federal” cujo conteúdo advém do Seminário de mesmo título realizado no âmbito da 48ª reunião do Comitê, em agosto de 2013. Após uma fala de contextualização sobre o Seminário que gerou o livro foram distribuídas as publicações a todas/os participantes do Comitê.

Cumprindo o primeiro ponto da pauta procedeu-se à apresentação do balanço da gestão do PNPM (anexo) com ênfase nas principais realizações de 2014. Camila Firmino - SPM enfatizou que a apresentação selecionou as principais ações por tema no intuito de proporcionar uma visão geral da implementação do PNPM e que não se pretendeu ser exaustiva nem tampouco conclusiva devido à limitação de tempo. Por esse motivo, muitas importantes ações podem ter ficado de fora da apresentação.

Fábio Meirelles - MEC colocou que existem informações de capacitação de educação básica que não entraram no Siop, mas que serão enviados.

Lourdes Bandeira - SPM acrescentou que ainda que haja o Siop enquanto instrumento de monitoramento o próprio comitê pode prestar informações para a sociedade. Os movimentos sociais cobram muito que se tenha transparência, pois a despeito da pouca participação de mulheres nos espaços de cargo eletivos há muitos movimentos de mulheres (sindicais, rurais etc.)

Comentando as ações de enfrentamento à violência, a Secretária Executiva aponta para o ineditismo da Convenção de Belém do Pará que além de resultar do protagonismo da América Latina é a única que aborda exclusivamente essa temática. Outros países que não fazem parte enviam recursos para o cumprimento das resoluções da convenção. A Lei Maria da Penha responde às resoluções dessa Convenção. Foram expedidas mais de 340 mil medidas protetivas em favor das mulheres. Não há como garantir que tenham sido cumpridas, uma vez que o seu cumprimento dependerá da atuação do judiciário. O Ligue 180 passou a ser Disque 180, e essa mudança traz como novidade o fato de que passará a encaminhar as denúncias diretamente para a área da segurança pública e/ou para o Ministério Público com vistas a maior celeridade e ao cumprimento em relação as demandas. A Casa da Mulher Brasileira da cidade de Campo Grande encontra-se quase finalizada, e será inaugurada em breve, provavelmente em janeiro de 2015.

No que se refere às unidades móveis de enfrentamento à violência no campo e na floresta, verificou-se que os movimentos de mulheres demandaram as/aos deputadas/os para, via emendas parlamentares, que se efetive a compra de mais ônibus para alguns municípios. Há uma pressão dos movimentos sociais para ampliação desses serviços.

Laura Delamonica - MRE adicionou que o trabalho do Brasil nas fronteiras é muito bem visto e que os países de fronteira tem intenção de aumentar os serviços de combate à violência contra as mulheres.

Em relação às informações sobre creche, **Daiane Lopes - MEC** adicionou a informação que contando com as creches em construção já chega-se ao total de 6mil conforme previsto no PPA- PAC.

Rodrigo Prates – MD colocou que o Brasil tem 22% de mulheres no oficialato enquanto em demais países a porcentagem é de 10 a 15%. Hoje há 22mil mulheres nas forças armadas do Brasil, o que representa no total o equivalente a 6%, das forças armadas brasileiras.

Flávia Bustamante – BB informou que o banco tem uma tecnologia social de cisternas por placas, e o relato das mulheres beneficiárias do semiárido é de que puderam voltar a estudar uma vez que não usavam mais tempo de seu dia buscando água.

Justina Cima – CNDM defendeu a produção de alimentos saudáveis enquanto política estruturante, sendo muito importante de diversos aspectos, como por exemplo para a prevenção do aumento do aquecimento climático global e a preservação ambiental. Cada região exige uma tecnologia adequada ao clima local, em Santa Catarina foi desenvolvida uma tecnologia de cimento e ferro.

Cleber Gesteira - MEC argumentou que desde a criação da Lei 11947, de 2009, que determina que pelo menos 30% do montante repassado aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de merenda seja direcionado para pequenos produtores, ainda não atingiu todas as escolas. Questionou se há alguma ação intersetorial para aumentar esse número.

Justina Cima - CNDM coloca que esse programa é muito importante para as organizações de mulheres do campo tanto para o fornecimento de alimentos para as escolas quanto para o auto sustento de maneira saudável.

Simone Moneta - MDS colocou que sentiu falta de dados do Brasil Carinhoso que assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o MDS não tem os dados. Sobre o Brasil Carinhoso tem-se que foram aparelhadas cinco mil cozinhas. Questionou se o MEC tem os dados do PNAE sobre a compra da merenda. Diane informa que foi de no mínimo 30% da compra de agricultura familiar. Justina Cima alertou que ainda que o mínimo seja de 30% se houver vontade política pode se chegar à totalidade de fornecimento pela agricultura familiar. Propôs ao MEC que sejam realizadas campanha divulgando a alimentação saudável e sustentável e capacitação dos profissionais e gestores dos municípios envolvidos nessa questão.

Passou-se para o próximo ponto da pauta: avaliação pelo Comitê sobre o preenchimento das informações relativas às ações do PNPM 2013-2015 pelos órgãos parceiros. A Secretária informou que será enviado um ofício para as Secretarias Executivas enfatizando a importância do monitoramento Siop do PNPM.

Cleber Gesteira - MEC observou que seria interessante fazer recortes intersetoriais no preenchimento do sistema.

Laura Delamonica - MRE informou que no PPA o único item sob a responsabilidade do MRE que faz menção às mulheres é o de paz e segurança. Embora haja outras ações de promoção de igualdade de gênero no Itamaraty elas estão no PPA sob responsabilidade de outros órgãos. Para os próximos anos fará um diálogo mais estreito com os ministérios responsáveis por ações em parcerias com MRE.

Segundo **Rodrigo Prates** o MD tem situação semelhante, uma vez que no PPA não há nenhuma ação para as mulheres sob responsabilidade do Ministério. Foram enviadas para SPM as ações do MD, mas não há como preenche-las no PPA. A recém-criada Comissão de Gênero dará apoio nesse processo de acompanhar as ações do MD no PNPM.

Simone Moneta - MDS colocou que há um problema intrínseco ao Siop: quem preenche o monitoramento das ações é a coordenação da área e não existe uma hierarquia sobre as áreas para impor o preenchimento. É necessário criar uma capilaridade das agendas transversais.

Lourdes M. Bandeira – SPM coloca que o MP poderia fazer portaria para que seja obrigatório o preenchimento da agenda transversal.

Lourdes M. Bandeira dá as boas vindas à **Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Macaé Evaristo** que estava em outra agenda.

A respeito do ponto de pauta a Secretária Macaé sugere abrir uma aba específica de mulheres no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - Simec para o acompanhamento das ações de educação do PNPM.

Adriana Rosa MTE - coloca que o problema é mesmo de interlocução interna e que a SPM tem papel fundamental nesse processo. A proposta de enviar um ofício pela SPM com vistas a salientar a importância do preenchimento irá ajudar nesse processo.

Lidiane Gonçalves – MS afirmou que o problema no MS é o mesmo apresentado pelos demais órgãos.

Fábio Meirelles – MEC coloca que existem os dados específicos, nas áreas técnicas, dos públicos atendidos, mas que a SPO informa no Siop de forma mais universal. Haverá um tempo de amadurecimento para alinhar as informações necessárias.

Cléber Gesteira – MEC exemplificou a questão com o caso de quando coordenava a área de educação indígena. O programa, cujas ações de sua área estavam vinculadas, era no PPA vinculado à Funai. Há de se alinhar essa interlocução entre os órgãos para responder à demanda por transparência.

Encerrado o ponto de pauta prosseguiu-se com os informes.

Os informes da Secretaria de Autonomia Econômica e da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas foram distribuídos impressos.

Lourdes M. Bandeira informou que assinaram, SPM, Seppir, SDH e MJ, nesta quinta-feira (20/11) Portaria Interministerial que cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de promover o monitoramento e o mapeamento/rastreamento dos crimes de ódio nos ambientes virtuais. A Universidade Federal do Espírito Santo desenvolveu uma ferramenta para rastrear esses crimes na internet.

Foi lançado pela SPM-PR, no dia 02/12/2014, o livro “Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável”. O livro narra trajetórias de mulheres que cultivam alimentos, criam pequenos animais ou produzem quitutes em todas as regiões do país, e que com suas organizações participaram do concurso promovido pela SPM, em 2013, e foram as experiências vencedoras.

O resultado do prêmio Rose Marie Muraro - Mulheres Feministas Históricas foi divulgado no dia 28/11/2014. O prêmio de 50 mil reais é destinado a seis (6) mulheres com mais de 75 anos que atuaram ou atuam na vida pública nacional em ações científicas, tecnológicas, culturais, educacionais ou artísticas, em gestão pública e privada, nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais, nos sindicatos e partidos políticos, em favor da autonomia e igualdade das mulheres brasileiras.

Marília Goulart – MinC informou que será criado o Mecanismo de Gênero do MinC e a portaria de criação deve sair essa semana.

Vera Oliveira – MAPA colocou que a partir da criação do Comitê no MAPA foi possível relatar as ações de gênero das secretarias do Ministério. Entregará dia 09/12/2014 o relatório para seu Secretário Executivo. O relatório também será encaminhado para a SPM-PR.

Rodrigo Prates – MD informou que foi realizado um workshop com a ONU Mulheres sobre mulheres nas forças de paz. Nos dias 22 e 23 de setembro houve a Conferência Mundial Sobre Povos Indígenas para reafirmar os direitos desses povos. Houve etapas local e nacional. No documento final houve ênfase aos direitos das mulheres indígenas.

Fábio Meirelles - MEC informou que aconteceu em Brasília, de 19 a 23 de novembro, a segunda Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014). A CONAE possui caráter deliberativo e tem por objetivo apresentar um conjunto de propostas que subsidiarão a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

No Eixo 2 - Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos foram debatidas e aprovadas diversas propostas que tratam de questões de gênero e sexualidade, mas que também englobavam temas como laicidade, ensino religioso, violência, educação profissional, entre outros. Vale destacar o colóquio Colóquio 2.8 – Educação e Gênero, que tratou de estratégias pedagógicas para a transformação de práticas, no sentido do reconhecimento e respeito à diversidade de gênero no contexto escolar na educação básica e superior e de enfrentamento ao machismo, sexismo, entre outras formas de intolerância à diversidade de gênero.

Nos dias 12, 13 e 14 de novembro aconteceu a Reunião Pedagógica dos Cursos de Formação da Secadi, reunindo coordenadores e coordenadoras de cursos fomentados pela Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, dentre estes, contamos com a participação de Coordenadores/as dos cursos Gênero e Diversidade na Escola e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

O Ministério da Educação se comprometeu, durante a reunião, de que irá instituir internamente um Comitê de Gênero, como mecanismo responsável Acompanhamento e Monitoramento do PNPM.

Lourdes M. Bandeira sobre o Plano Nacional de Educação - PNE informou que a SPM fez uma nota técnica questionando a retirada da questão de gênero do Plano. Lamentou o conservadorismo do Congresso Nacional que também foi denunciado pela Deputada Federal Erica Kokay. A Deputada denunciou a deturpação da luta pela igualdade de gênero divulgada pelas/os conservadores como ideologia de gênero baseada nas ideias de Engels. Existe uma agenda nacional da diversidade que não é assimilada, e mais do que isso, respeitada, pelo Congresso Nacional.

A Secretária **Macaé Evaristo** coloca que o MEC foi bastante confrontado sobre diversos aspectos em relação a essa questão. A redação final do PNE aprovada pelo Congresso Nacional não foi a que o MEC propôs. A redação do PNE veio da Conferência Nacional de Educação - Conae, pela primeira vez na história com participação social. No entanto, houve o silenciamento das questões de identidade. A diversidade é ainda usada como alibi para as desigualdades.

Encaminhou-se articular com o MP ações para aprimorar o monitoramento e encaminhar ofício para órgãos sobre preenchimento das ações do PNPM no Siop.

Vencida a pauta Lourdes M. Bandeira agradeceu a presença de todas e todos e da Secretária Macaé Evaristo. Cumprimentou também Daiane Lopes- MEC que esteve sempre presente no Comitê e encerrou a reunião.